

Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias

ATA NÚMERO 1 (VISITA)/XV/ 1.ª SL

VISITA DE TRABALHO DE UMA DELEGAÇÃO DA COMISSÃO ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS AO CENTRO OPERACIONAL NACIONAL DO COMANDO NACIONAL DE EMERGÊNCIA E PROTEÇÃO CIVIL

A visita de trabalho decorreu no dia 4 de julho de 2023 e tinha previsto o seguinte programa:

9h45	Saída da Assembleia da República (AR)
10h15	Receção dos Senhores Deputados
10h30	Acompanhamento CCON
11h15	Reunião de trabalho
11h40	Visita ao Centro Operacional Nacional do Comando Nacional de Emergência e Proteção Civil
12h45	Chegada à AR

A delegação foi composta pelos(as) seguintes Senhores(as) Deputados(as):

- Deputado Fernando Negrão (PSD) – Presidente da Comissão;
- Deputado Francisco Pereira de Oliveira (PS);
- Deputada Joana Sá Pereira (PS);
- Deputado Paulo Araújo Correia (PS);
- Deputada Sara Madruga da Costa (PSD);
- Deputado Pedro Pessanha (CH);
- Deputada Alma Rivera (PCP).

Pelas 10h10 do dia 4 de julho de 2023, uma delegação da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias foi recebida no Centro Operacional Nacional do Comando Nacional de Emergência e Proteção Civil, sito na Avenida. do Forte, 2794-112 Carnaxide, pelo Presidente da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC), Brigadeiro-General José Duarte da Costa, e pela Secretária de Estado da Proteção Civil, Patrícia Gaspar.



Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias

ATA NÚMERO 1 (VISITA)/XV/ 1.ª SL

A visita iniciou-se com uma breve troca de impressões no gabinete do Presidente ANEPC, tendo o Senhor Presidente da Comissão sido convidado a assinar o livro de honra em nome da Comissão.

O Senhor Presidente da ANEPC expressou o seu contentamento com a visita da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, que era a primeira, referindo que era habitual a visita da Comissão de Agricultura, e deu nota da programação prevista: assistência ao *briefing* semanal sobre a intervenção operacional, reunião na Sala de Honra e visita ao Centro de Operações, incluindo uma demonstração do NAD-AIR.

As Senhoras e os Senhores Deputados assinalaram que seria importante prevenir atrasos, dado que pelas 14 horas tinham Sessão Plenária. A propósito o Senhor Deputado Francisco Pereira de Oliveira (PS) referiu que estaria em discussão nessa tarde o [Projeto de Resolução n.º 667/XV/1.ª \(CH\)](#) - *Recomenda ao Governo o reconhecimento do Comando Nacional de Bombeiros* e expressou a sua preocupação com o significado do ato eleitoral para um comando nacional de bombeiros voluntários promovido pela Liga de Bombeiros Portugueses. A Senhora Secretária de Estado (SE) explicou que se tratava de uma eleição interna para efeitos de representação junto da sociedade civil, não se podendo confundir com um comando operacional ao arrepió da Lei, tendo o Senhor Presidente da ANEPC acompanhado esse entendimento.

Seguiu-se, então, pelas 10h30, o *briefing* técnico-operacional, que ocorre todas as terças-feiras, uma responsabilidade do Senhor Presidente da ANEPC, normalmente delegada no Comandante Nacional de Emergência e Proteção Civil, André Fernandes. O *briefing* conteve breves apresentações sobre os planos operacionais em curso, as ocorrências registadas (9865 entre 23/06 e 04/07), em particular no que respeitava a incêndios (controlados 4602 incêndios entre janeiro e julho), a previsão meteorológica para a semana e período subsequente e as conclusões do núcleo de apoio à decisão, que revelou uma grande disponibilidade de combustíveis para arder e a probabilidade de se gerarem incêndios de grandes dimensões, apresentando o período noturno com condições de trabalho favoráveis. O Senhor Presidente da Comissão aproveitou a

Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias

ATA NÚMERO 1 (VISITA)/XV/ 1.ª SL

oportunidade para questionar quanto às causas dos incêndios, tendo o Senhor Presidente da ANEPC explicado que tinham identificado causas humanas, principalmente pelo uso negligente de maquinaria, salientando que a solução para o combate aos incêndios estava na prevenção.

A delegação reuniu, após, com o Senhor Presidente da ANEPC e a Senhora SE Patrícia Gaspar, na Sala de Honra, estando também presentes o 1.º Comandante Nacional de Emergência e Proteção Civil, André Fernandes, a chefe de gabinete do Senhor Presidente da ANEPC, Vânia Lopes Brogueira, e outros membros da sua equipa.

A Senhora SE agradeceu a disponibilidade e a presença em nome do Senhor Ministro da Administração Interna, frisando a relevância da visita, especialmente numa altura do ano em que o sistema nacional de proteção civil era mais escrutinado, e colocando-se ao dispor para qualquer informação, esclarecimento, acompanhamento e visita de que as Senhoras e os Senhores Deputados viessem a necessitar, quer diretamente com a secretaria de Estado, quer com a ANEPC, dado que por ali passavam temas relevantes para a proteção do território, das pessoas e do ambiente.

O Senhor Presidente ANEPC tomou de seguida a palavra, utilizando uma apresentação *powerpoint* para explicar o âmbito da Proteção Civil – prevenir, atenuar, proteger, socorrer e apoiar -, a estrutura da ANEPC, a legislação, os riscos e os desafios que enfrentava, a organização piramidal do comando e o funcionamento do Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia, destacando o forte sentido de solidariedade de Portugal e a sua participação muito requisitada e reconhecida em missões internacionais. Assinalou a importância de rever a Lei Bases e transmitiu que ao nível dos recursos humanos se verificava um défice de 53% e que, no que tocava a recursos materiais, o parque de viaturas de que dispunham estava muito envelhecido. Aludiu à inclusão no Plano de Recuperação e Resiliência e à implementação da Estratégia Nacional para a Proteção Civil e congratulou-se com programa «Aldeia Segura». Concluiu a sua intervenção traçando a distinção entre direção nacional de bombeiros, cometida à ANEPC, e a Liga Nacional de Bombeiros, partilhando o seu entendimento de que um corpo de bombeiros por município traria menos custos e contribuiria para uma maior eficácia das operações.

Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias

ATA NÚMERO 1 (VISITA)/XV/ 1.ª SL

Tomou, então, a palavra o Senhor Presidente Comissão, agradecendo a presença da Senhora SE, a quem dirigiu palavras de apreço pelo percurso profissional de sucesso, e o convite do Senhor Presidente da ANEPC, recordando que fora anteriormente feito pelo Senhor MAI, mas que só àquela data, em virtude da agenda parlamentar, fora possível concretizá-lo. Saudou o Senhor Presidente da ANEPC pela profunda e entusiasmada exposição e colocou uma questão, enquanto Deputado e Vereador, relacionada com a perceção pela sociedade do papel da proteção civil, manifestando a sua opinião de que existia um problema de comunicação ou de imagem, já que a população desconhecia o seu funcionamento e quando tinha um problema contactava os bombeiros. Expressou a sua concordância quanto à alteração da Lei de Bases e à simplificação do sistema, que promovessem maior coordenação e rapidez operacional. Observou também existir uma certa confusão da população em relação à suficiência de meios aéreos. Concluiu reiterando os agradecimentos pela disponibilidade e salientando a importância da visita.

Em resposta, quer o Senhor Presidente da ANEPC, quer a Senhora SE consideraram que o panorama estava melhor no que tocava à perceção pela sociedade civil do papel, reconhecendo que ainda existia trabalho pela frente, e defenderam a importância da profissionalização da atividade de bombeiro. O Senhor Presidente da ANEPC explicou que detinham meios aéreos com cobertura nacional e que eram fundamentais no combate aos incêndios, esclarecendo que era importante haver flexibilidade para melhor gerir as operações. Destacou ainda a importância do Núcleo de Apoio à Decisão – NAD-Air – antes, durante e após as ocorrências e referiu que era utilizada inteligência artificial na implementação de melhorias com base no histórico de ocorrências. Deu ainda nota do dispositivo preparado para as Jornadas Mundiais da Juventude.

A Senhora Deputada Joana Sá Pereira (PS) agradeceu a receção, assinalando que tinha ficado com perceção do grau de invisibilidade do trabalho que estava por detrás da atuação da Proteção Civil e dos esforços congregados para defender todos. Explicou que a competência da 1.ª Comissão era de fiscalização da atuação no combate aos incêndios, observando que tinham o objetivo comum de que tudo corresse bem, e congratulou-se com o sistema português, mundialmente reconhecido.

Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias

ATA NÚMERO 1 (VISITA)/XV/ 1.ª SL

Por sua vez, a Senhora Deputada Sara Madruga da Costa (PSD) destacou a amabilidade e disponibilidade para a visita, bem como todas as exposições, afirmando que as mesmas eram essenciais para uma oposição informada, e colocou algumas questões relacionadas com a articulação com as regiões autónomas e um meio aéreo cujo custo era assumido pela Região Autónoma da Madeira.

O Senhor Deputado Pedro Pessanha (CH) agradeceu igualmente a possibilidade da visita e expôs três preocupações sob a forma de questões: se a criação de um novo comando pela Liga de Bombeiros Portugueses seria um problema; se existiam problemas de rede com o SIRESP e como é que a Proteção Civil avaliava a limpeza dos terrenos do Estado.

Por fim, a Senhora Deputada Alma Rivera (PCP) também agradeceu a visita e exposições, notando que estavam em causa a esfera de divisão política e esfera operacional e técnica, pelo que lhes cabia sobretudo ouvir, e congratulou-se com a capacidade operacional interna mesmo com meios insuficientes e o reconhecimento internacional. Lamentou, todavia, a tendência de desresponsabilização e a passagem de responsabilidades para as autarquias sem um retorno financeira equivalente, o que comprometia a resposta, bem como o facto de os bombeiros estarem numa posição mais vulnerável, não sendo devidamente remunerados.

O Senhor Presidente da ANEPC agradeceu as questões, começando por referir que existia coordenação com as Regiões Autónomas, nomeadamente que tinham levado um operacional madeirense para o Canadá. Referiu que o SIRESP era o melhor sistema de comunicação de emergência no país e que o fundamental para garantir o seu bom funcionamento era existir trabalho e planeamento, dando alguns exemplos concretos. Explicou quanto à limpeza de terrenos que esta assegurada de diferentes formas e partilhou o seu entendimento de que poderia ser uma boa prática cometer aos bombeiros a tarefa de limpeza de terrenos. Referiu ainda quantos aos meios aéreos a importância de balancear os recursos com as necessidades, assinalando que nem sempre eram necessários tantos meios e que uma plataforma fixa poderia ser mais dispendiosa, reiterando a preferência por um modelo mais flexível.

Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias

ATA NÚMERO 1 (VISITA)/XV/ 1.ª SL

A Senhor Secretária de Estado começou por referir que tinha como ambição criar a perceção de que o sistema existe e que está a funcionar, destacando o papel relevante das câmaras, nomeadamente o facto de Portugal ser o país com mais municípios inscritos na iniciativa «Rede Cidades» das Nações Unidas. Relativamente ao ato eleitoral, referiu que acreditava que não surgissem problemas, já que se tratava de uma eleição interna e que, de outro modo, caso interferisse com o princípio da unidade do comando, seria crime de usurpação de funções. Terminou a sua intervenção salientando a essencialidade da atividade dos bombeiros, apontando vários aspetos a corrigir quanto à regulação da atividade, bem como as dificuldades sentidas, e reiterando o objetivo de profissionalização.

Findo o período de intervenções e dada a escassez de tempo, acordou-se adiar a visita que estava prevista ao Centro Operacional Nacional do Comando Nacional de Emergência e Proteção Civil para outra ocasião.

A visita terminou às 12h50.

Palácio de São Bento, 4 de julho de 2023

O PRESIDENTE DA COMISSÃO



(FERNANDO NEGRÃO)